

PERSPETIVAS ATUAIS SOBRE A DEFESA E A SEGURANÇA DO ATLÂNTICO SUL

CONCEITO AMPLIADO DE DEFESA

Mônica Dias Martins

ESTRATÉGIAS MARÍTIMAS REGIONAIS EM PROL DO(S) ATLÂNTICO(S)

Murilo Gomes da Costa

ENHANCING ATLANTIC SECURITY: THE SYNERGISTIC ROLE OF DIPLOMATIC AND MILITARY REGIMES

Sabrina Medeiros

FLUXOS ILÍCITOS E O PÊNDULO ENTRE A SEGURANÇA PÚBLICA E A DEFESA

Gustavo Glodes Blum

ZOPACAS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA COOPERAÇÃO E SEGURANÇA REGIONAIS NO ATLÂNTICO SUL

Camila Cristina Ribeiro Luis

O CORREDOR ANGOLA-MOÇAMBIQUE NA OCEANOPOLÍTICA INDO-ATLÂNTICA

Eli Alves Penha

DIRETORA

Isabel Ferreira Nunes

COORDENADOR EDITORIAL

Luís Cunha

CENTRO EDITORIAL

António Baranita e Luísa Nunes

PROPRIEDADE, DESIGN GRÁFICO E EDIÇÃO

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel +351 211 544 700

idn.publicacoes@defesa.pt

ISSN 2182-5327

Depósito Legal 340906/12

PERSPETIVAS ATUAIS SOBRE A DEFESA E A SEGURANÇA DO ATLÂNTICO SUL

Conceito Ampliado de Defesa

Mônica Dias Martins

Professora da UECE, Coordenadora do Observatório das Nacionalidades e Editora de Tensões Mundiais

A literatura acerca dos dilemas e das opções que se apresentam no Atlântico Sul pouco tem se debruçado sobre um conceito de defesa, transnacional e multifacetado, capaz de abarcar a complexidade de questões advindas do relacionamento entre Estados soberanos. O diálogo sobre as políticas de defesa para uma região objeto de disputas no século XXI pressupõe a revisão de paradigmas clássicos. Isto significa compreender a defesa como um empreendimento multidimensional, que diz respeito a militares e civis.¹

A defesa não pode ficar restrita à proteção militar de um Estado-nação de agressões de forças estrangeiras. Seu objetivo inclui o direito dos cidadãos a uma existência livre de ameaças. Crescem as reivindicações de segmentos sociais por preservação do ambiente, proteção das riquezas naturais, reconhecimento da igualdade de direitos, desenvolvimento socioeconômico, melhoria das condições de vida e garantia de instituições democráticas. Nessa abordagem ampla, a defesa marítima envolve uma gama de ameaças não-militares bem como as oportunidades provenientes de um oceano fonte

de riquezas, com destaque para o petróleo e a pesca. Tais recursos, enquanto componentes da economia nacional dos países, constituem elementos cruciais para a defesa regional.

Impõe-se um conceito de defesa claro e flexível. Claro, porque constitui o referencial teórico que norteia diagnósticos e planos relativos à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Sua criação ensejou um compromisso regional amparado em valores capazes de alicerçar uma comunidade de defesa integrada. Flexível, pois precisa contemplar as conexões entre a defesa *stricto sensu* e os assuntos pertinentes à esfera civil: rotas comerciais, fluxos migratórios, gestão de portos, alfândegas, questões sanitárias e de saúde, eventos climáticos, problemas ambientais, demarcação de mares territoriais, zonas econômicas exclusivas, exploração de recursos em *offshore*, produção pesqueira, pirataria de embarcações estrangeiras, turismo, produção de sal, energia eólica ou das ondas. Considerando o fator marítimo na configuração política da ZOPACAS, o conceito de defesa deve abranger a influência recíproca entre as políticas

voltadas à proteção do oceano e as atividades desenvolvidas pelos países sul-atlânticos. Este duplo movimento é essencial para construir um pensamento estratégico de defesa comum.

Tal iniciativa depende de uma combinação de percepções por parte dos atores envolvidos: as imaginadas como coletivas e as identificadas como interesses nacionais. Trata-se de um jogo tenso, no qual a pretendida autodeterminação nacional parece fraquejar ou acirrar disputas preexistentes. Porém, a integração regional pode fortalecer os Estados, ao mesmo tempo que se reduzem as fragmentações internas, entre elas, a disparidade espacial do desenvolvimento, a desigualdade de renda, gênero e raça.

A atenção ao fator do interesse nacional, imprescindível à formulação da estratégia coletiva de defesa da ZOPACAS, leva ao exame da diversidade existente em suas comunidades nacionais, caracterizadas por intercâmbios culturais e comerciais seculares, por vínculos políticos e sentimentais com as antigas metrópoles e por adesões a distintos blocos regionais.²

Na perspectiva da defesa, evidencia-se a relevância geopolítica do Atlântico Sul em três esferas conectadas: nacional, regional e internacional. Se, por um lado, a descontinuidade na política externa das nações dificulta processos cooperativos, por outro, a construção de uma identidade sul-atlântica possibilitaria maior coesão de africanos e sul-americanos diante das mudanças na ordem internacional.

Seria, então, cabível falar de uma “comunidade sul-atlântica”? Inspirado em Benedict Anderson, o cientista político Iver Neumann argumentou que as regiões podem ser consideradas comunidades imaginadas, com atores-chave em prol da criação de uma identidade espacial comum, alterando as relações de cooperação ou rivalidade preexistentes entre os países.³ Sob tal ponto de vista, além de uma comunidade imaginada de defesa, a ZOPACAS apresenta potencial para transformar o Atlântico Sul em uma região econômica, repleta de riquezas minerais, recursos energéticos e agrícolas.

O maior desafio para uma estratégia de defesa do Atlântico Sul, ressalta Manuel Domingos, é a superação da mentalidade colonial das elites políticas, econômicas, intelectuais e militares da América do Sul e da África Subsaariana.⁴ Esse pensamento se revela nas críticas a quaisquer esforços para minimizar as desigualdades sociais e reorientar a política de alinhamento incondicional às grandes potências.

O que se almeja, ao estimular a reflexão sobre o conceito ampliado de defesa, é uma forma de democracia com participação de vastos setores sociais. Esse processo, indispensável à legitimidade do Estado e ao seu reconhecimento internacional, pressupõe o entendimento da nação como zona de conflitos. Essa ideia contraria os que, ao não diferenciar o Estado da nação, julgam poder mascarar o facto de que os assuntos de defesa não apenas constituem um campo complexo, que exige ter em

conta as aceções de colonialismo, imperialismo e nacionalismo, mas abrangem desafios estruturais quanto à liberdade dos povos e à soberania das nações.

Este parece um caminho promissor para um conceito de defesa que considere os processos de formação das sociedades assim como o que se imagina ser uma comunidade sul-atlântica, seus obstáculos e suas perspectivas. Assim será possível formular estratégias de defesa do Atlântico Sul que respeitem as soberanias nacionais e garantam o controle das imensas riquezas existentes em suas águas.

Notas

¹ Ver “MARTINS, M.D. (ORG.) Defesa dos povos do Atlântico Sul. Fortaleza: Ed. UECE, 2017” para um maior aprofundamento sobre o conceito de defesa ampliada no contexto do Atlântico Sul e uma perspectiva analítica em estudos de casos de países da ZOPACAS.

² Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA); Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS); Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS); Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs).

³ ANDERSON, B. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008;

Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial. Fortaleza, São Paulo: EdUECE; Ed. Unicamp, 2014. NEUMANN, I. B. A region-building approach to Northern Europe. *Review of International Studies*, Cambridge, v. 20, n. 1, pp. 53-74, 1994.

4 DOMINGOS NETO, M. Políticas de defesa e segurança para o Atlântico Sul no século XXI. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, v. 12, n. 22, pp. 17-32, 2016.

Estratégias Marítimas Regionais em Prol do (s) Atlântico (s)

Murilo Gomes da Costa

Investigador do Labmundo/leap-Uerj e Fellow do FLAD Atlantic Security Award 2022.

Ainda que geograficamente o Atlântico seja considerado um único oceano, quando recuperamos a ideia da oceanopolítica, entendemos que a dinâmica de poder e as ações políticas, militares e econômicas voltadas aos oceanos envolvem prioritariamente o papel dos Estados, tendo, portanto, impactos distintos nos hemisférios Norte e Sul. Diante disso, a complexidade das relações atlânticas elevou a significação política e internacional dos assuntos marítimos e do poder naval.¹

Desde 1982, com o estabelecimento da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), foram regulados diversos aspectos do Direito do Mar, que corresponde não apenas às regras sobre a soberania do Estado costeiro em suas águas jurisdicionais (e, por oposição, o alto-mar), mas também às normas sobre

a gestão dos recursos marinhos e do controle da poluição.

Esse ordenamento jurídico levou diversos Estados marítimos a desenvolverem mais iniciativas e políticas públicas voltadas à economia azul², à salvaguarda marítima, ao fortalecimento dos seus meios operacionais de dissuasão e de proteção de seu território marítimo. Esse movimento não se restringiu à ação unilateral dos Estados. Portanto, cabe aqui ressaltar algumas iniciativas multilaterais, a nível regional, que ganharam notoriedade no campo da segurança do Atlântico.

No eixo norte do Atlântico, desde 2011, a União Europeia desenvolve uma Estratégia Marítima³ do Atlântico, que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da economia azul nos países da UE que fazem fronteira com o Atlântico. Ela é executada por meio do Plano de Ação do Atlântico, que abrange França, Irlanda, Portugal e Espanha.

O Plano de Ação do Atlântico da União Europeia tem o duplo propósito de explorar o potencial da economia azul na região do Atlântico, ao mesmo tempo que preserva os ecossistemas marinhos e impulsiona os esforços de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. A implementação do Plano de Ação do Atlântico, por sua vez, depende do Mecanismo de Assistência do Atlântico, que fortalece a colaboração marítima regional entre os países participantes, englobando regiões costeiras e diversas partes interessadas. A versão atualizada de 2020 do Plano de Ação do Atlântico

da União Europeia se concentra em quatro pilares temáticos essenciais para a economia azul: a) Os portos do Atlântico como pontos de entrada e centros cruciais para atividades econômicas ligadas ao mar; b) A expansão das iniciativas de energia renovável marinha; c) O desenvolvimento de habilidades relacionadas com a economia azul para a futura força de trabalho e a promoção da alfabetização dos oceanos; d) promoção da saúde dos oceanos e a resiliência das regiões costeiras.

Também a nível regional, porém ao sul do Atlântico, temos o caso da União Africana. Desde 2012, a organização integrou na sua agenda a Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelos Assuntos Marítimos. E, como resultado, foi criada a Estratégia Marítima Integrada de África 2050 (EMIA 2050). O documento oferece um quadro amplo para a proteção e exploração sustentável do Domínio Marítimo Africano. Dentre os objetivos estratégicos da EMIA 2050, destacam-se a criação de uma Zona Marítima Exclusiva Combinada da África (CEMZA), a necessidade de maior Cooperação e Coordenação Interagência e Transnacional em Segurança e Proteção Marítima, bem como o estabelecimento da Sede Regional Marítima em África, que será padronizada com os Centros Regionais de Operações Marítimas. Por fim, no continente sul-americano, a principal Estratégia Regional Marítima foi elaborada em 2022, por meio da Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS). Este órgão lida com

as ações realizadas pelos países sul-americanos no controle naval e na proteção do tráfego marítimo continental, a fim de garantir o uso das rotas de comunicação marítima de interesse. A existência desta organização contribui para o fortalecimento das estratégias regionais voltadas para a segurança do tráfego marítimo internacional e, caso sigam as diretrizes da nova “Estratégia Marítima 2022”⁴, as marinhas da CAMAS formarão, no médio e longo prazo, um sistema de vigilância regional combinado que consolidará o Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação. A contínua atuação desta coordenação também permite uma reconfiguração da arquitetura de segurança do Atlântico Sul, remodelando as relações diplomáticas com o surgimento de novas comunidades de práticas de segurança.⁵ No atual contexto da iniciativa-quadrado da Década da Ciência Oceânica, as interseções entre os interesses e os desafios comuns nas diversas estratégias marítimas regionais tem o potencial de criar os alicerces para fortalecer a pesquisa, a inovação e a promoção de políticas públicas voltadas para a consolidação das Estratégias Marítimas do(s) Atlântico(s). Um caminho importante seria promover mais trocas diplomáticas, por meio de fóruns de discussão inter-regionais. Dessa maneira, poderão identificar oportunidades e valores compartilhados, assim como ameaças comuns, que ajudarão no aperfeiçoamento de cada uma das estratégias marítimas desenvolvidas até então. Essa maior coesão em

torno de um entendimento comum de segurança desempenha um papel fundamental na formação de uma governança e de um *framework* de segurança marítima multilateral eficaz para o Atlântico.⁶

Notas

¹ Castro, T. de. (2021). Oceanopolítica. A Defesa Nacional, 70 (709).

² A Economia Azul engloba tanto atividades econômicas que geram riqueza significativa, quanto outras que surgem em áreas emergentes com grande potencial de crescimento e criação de valor. Alguns exemplos dessas novas oportunidades incluem a exploração do potencial da biotecnologia marinha, o desenvolvimento de energias renováveis offshore e a pesquisa de minerais no oceano. Leia mais sobre o conceito em: Santos et al (2022). Economia Azul: vetor para o desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil.

³ European Commission (2023). Atlantic Ocean. https://oceans-and-fisheries.ec.europa.eu/ocean/sea-basins/atlantic-ocean_en

⁴ <https://www.coamas.org/historia.html>

⁵ Medeiros e Moreira (2017). Maritime Co-operation among South Atlantic Countries and Repercussions for the Regional Community of Security Practice. Contexto Internacional, vol. 39(2) May/Aug 2017.

⁶ Kuol, Luka Biong D. The Struggle for Atlantic Maritime Security and Safety: Lessons from Africa’s

Maritime Security Governance. International Relations and Diplomacy, Mar.-Apr. 2023, Vol. 11, No. 2, pp. 67-86 doi: 10.17265/2328-2134/2023.02.001

Enhancing Atlantic Security: the Synergistic Role of Diplomatic and Military Regimes

Sabrina Medeiros

Vice-presidente do Lusófona Centre on Global Challenges (LusoGlobe) e Professora da Universidade Lusófona.

The geopolitical landscape is characterised by diverse challenges that require collaborative efforts to ensure peace and security. In this context, the combination of frameworks such as the Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic (ZOPACS), the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), and the Coordination for the South Atlantic Area (CAMAS) can provide a robust foundation for trust-building and enhanced security in the Atlantic region.

Thus, multilateralism, characterised by smaller groupings of countries, can be instrumental in promoting synergies that endure beyond political changes. The collaborative frameworks of ZOPACS, CPLP, and CAMAS create avenues for cooperation that transcend geopolitical divisions, focusing on shared interests and objectives. This resilience ensures continued trust-building and cooperation, even during periods of political volatility. We should shed light on the importance of these frameworks in fostering diplomatic and military cooperation, calling attention to the

resilience they offer through the promotion of micro or multilateralism. Additionally, Portugal, the United Kingdom, and the EU are crucial in communicating with Atlantic regimes, recognizing their diplomatic capabilities and leveraging their bilateral relationships to foster effective Global North and Global South cooperation channels. The overlapping nature of diplomatic and military regimes within the Atlantic region can create synergies contributing to the overall security architecture. Through frameworks like ZOPACS and CPLP, diplomatic cooperation enables countries to engage in dialogue, resolve disputes, and build trust through shared values and objectives. Military cooperation, represented by CAMAS, provides a technical and operational dimension to support diplomatic efforts, ensuring collective defence, crisis management, and disaster response capabilities. On one side, ZOPACS is an essential platform for dialogue and cooperation among South Atlantic countries, fostering peaceful relations, promoting disarmament, and enhancing maritime security towards regional stability. Preventing conflicts and upholding international law thereby reduces the risk of escalation and creates a favourable environment for trust-building. Alongside ZOPACS, the CPLP extends beyond security concerns to encompass a broader range of collaborative efforts, including development initiatives, democratic governance, and the promotion of cultural heritage. Prospects for deepening collaboration on the seas

are ongoing, but efforts through navies conferences and technical cooperation have guaranteed the agenda through defence diplomacy and paradiplomatic efforts. Far less known, AMAS (South Atlantic Maritime Area) was built by the Inter-American Defense Board (IADB) in 1967 and is made by the Coordination of AMAS (CAMAS) and the COLCOs (*Comandantes Locales de Control Operativo*). It serves as a mechanism to reinforce collective defence and provides information sharing in coordinated maritime surveillance systems - a civil-military effort of scale and low visibility. In addition, the regime has also been strengthening military capabilities and fostering interoperability by providing a forum for exchanging knowledge or best practices and coordinating joint exercises, such as COAMAS, and participating in TRANSAMÉRICA and TRANSOCEANIC. From a commitment between Brazil, Uruguay, Argentina, and Paraguay, it integrated a broader group of cooperative frameworks, aligning systems and surveillance within North and South regional seas through a Maritime Strategy launched in 2022. An expansion of the visibility of the local demands and conditioners of the security scene, with the collaboration of multiple stakeholders, can better address challenges within regional and subregional regimes. Local understanding of security demands refers to the unique security challenges and concerns of specific subregions within the broader Atlantic and other regions and subregions. These challenges

include geopolitical rivalries, maritime piracy, terrorism, illegal fishing, environmental degradation, and socio-economic disparities. These regimes serve as collaborative frameworks allowing for pooling resources, expertise, and perspectives. They can effectively develop tailored approaches to address security demands by focusing on subregional dynamics. Effective subregional security regimes involve building local capacity and ownership. This entails empowering member states to take the lead in identifying and addressing their security demands. It also includes promoting institutional development, enhancing human resources, and facilitating knowledge sharing and technology transfer. Addressing complex security challenges requires the involvement of multiple stakeholders. This includes governments, regional organisations, international institutions, non-governmental organisations, civil society, academia, and private sector entities. Collaborative efforts foster comprehensive and inclusive approaches to security, considering diverse perspectives and ensuring sustainable solutions. Information sharing and intelligence cooperation are crucial aspects of addressing security challenges. The involvement of civil society organisations, non-state actors, and local communities is essential in addressing security demands. Subregional regimes can encourage inclusive participation, dialogue, and consultation processes with these stakeholders. By strengthening local

capacity, promoting information sharing, conducting joint exercises, and engaging with civil society, subregional regimes can better address security demands, foster cooperation, and achieve sustainable solutions. These efforts contribute to a comprehensive and inclusive approach to security within regions. The collaborative frameworks of ZOPACS, CPLP, and AMAS can contribute significantly to the security architecture in the Atlantic region. These frameworks harness diplomatic efforts, technical military collaboration, and micro or minilateralism to promote peace, stability, and security in the Atlantic region. It is imperative that member states continue to support and strengthen these frameworks to sustain their positive impact in the long term.

The collaboration among Atlantic frameworks also encompasses extra-regional initiatives such as IBAS (India-Brazil-South Africa) and strengthens security cooperation on multiple layers. Cross-layer cooperation can be enhanced through those maritime security regimes, contributing to counterterrorism efforts, disaster response, and information sharing. By leveraging the strengths and resources within layers from technical to macro politics, initiatives can be developed to address shared security challenges effectively. This comprehensive approach bolsters the security architecture and contributes to the stability of the Atlantic Ocean regions. Continued support and strengthened communication channels among these actors are

crucial to maintaining the Atlantic region's peace, from spaces of stability to providing macro security.

Fluxos Ilícitos e o Pêndulo entre a Segurança Pública e a Defesa

Gustavo Glodes Blum

Investigador Colaborador Não-Doutorado do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20-UC).

As recentes mudanças nos fluxos geopolíticos globais foram acompanhadas, também, por mudanças relevantes tanto na execução quanto no combate a atividades ilícitas ocorridas em diferentes espaços geográficos. A última edição do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), relativo ao ano de 2022, explicitou esta dinâmica, ao apontar a ligação entre as transformações nas relações de poder em âmbito mundial e a situação da criminalidade e da violência em Portugal. Pressões importantes para os governos em termos geopolíticos, como a segurança energética e ambiental, somam-se ao “(res)surgimento de desafios, riscos e ameaças”, incluindo assistência humanitária e a preocupação com os espaços comuns que hoje encontram-se em disputa.¹ De facto, constam, na Bússola Estratégica da União Europeia, estas disputas no entorno da livre circulação e utilização de recursos compartilhados como potenciais fontes de tensões com potências estrangeiras.² Diante da possibilidade de um aumento significativo das tensões militares entre Estados que disputam

acesso a esses espaços comuns como o ar, o mar e o espaço sideral, as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, aprovadas recentemente pela Assembleia da República, reconhecem a tensionada situação do sistema internacional atual. Este alto nível de tensões pode transformar em embates formais entre países, disputas relativas a práticas lícitas e ilícitas de uso destes espaços, culminando ou não no uso da força.³ Assim, levar em conta as transformações geopolíticas, geoestratégicas e geoeconómicas que marcaram a última década nos permite compreender esta questão ao redor do mundo, sobretudo em regiões periferizadas nas discussões sobre segurança e defesa, como é o caso dos países que se encontram no entorno do Atlântico Sul. Este breve esforço analítico focar-se-á em fluxos ilícitos específicos e sua cada vez maior presença nesta região. Até os anos 2010, as drogas cultivadas e refinadas na América do Sul eram traficadas por meio de rota marítima no Caribe e no Pacífico em direção aos Estados Unidos, e por terra por meio do México. A partir desta década, observa-se uma expansão das redes utilizadas pelos grupos criminosos em direção ao Golfo da Guiné, a partir de onde poderiam utilizar a rota pelo deserto do Saara até a Líbia. Esta se tornou uma plataforma para chegar à Europa, seja por meio do Mediterrâneo Oriental, seja por meio de rotas no Levante. Isso tornou as periferias da Europa, incluindo-se aí o Leste Europeu e Portugal,

as principais portas de entrada de narcóticos no continente europeu. Neste caso, o Atlântico Sul torna-se uma região de recente contacto e de reorganização dos fluxos de narcotráfico a partir da América Latina em direção a novos mercados. Essa reorganização também pode ser verificada em outros fluxos ilícitos. Atualmente, muito do ouro explorado por garimpos ilegais na Amazônia encontra no Golfo da Guiné um destino seguro, de onde pode fluir em direção a grupos insurgentes que atuam no Sahel para garantir a chegada de mercadoria ilícita no Norte da África e, de lá, atingir os mercados europeus e asiáticos.

Isso torna mais complexa a relação entre tipos diferentes de crimes, assim como seus impactos na escolha de governos nacionais a respeito das medidas a serem tomadas para combatê-los. É o caso, por exemplo, do branqueamento de capitais. A securitização dos fluxos financeiros internacionais tornou-se uma tendência a partir da Guerra ao Terror levada a cabo pelos Estados Unidos a partir de 2001, na sequência dos ataques às Torres Gêmeas. Gradualmente, a pressão das autoridades governamentais sobre o fluxo de dólares no sistema bancário internacional levou à utilização de outros tipos de recursos para realizar transações comerciais ilegais.

A caça de paraísos fiscais após a crise de 2008 fez com que regiões que utilizavam o branqueamento como estratégia para atrair recursos financeiros para suas economias deslocassem-se do Caribe

para outras regiões do mundo. Atualmente, as sanções impostas à Federação Russa após a sua invasão à Ucrânia fizeram com que os fluxos ilícitos de branqueamento de capitais seguissem outro caminho ainda, focando sobretudo na triangulação financeira entre Europa e as monarquias do Golfo Pérsico, tendo estas uma presença mais marcada sobretudo no continente africano.

É em meio a estes interstícios entre o legal e o ilegal, entre o lícito e o ilícito, o interno e o externo, que paira o pêndulo entre a segurança pública e a defesa nacional. Num tensionamento tal como está-se presenciando no atual cenário internacional, além da construção de diferentes e variáveis conexões entre agentes estatais e não estatais, é necessário prestar atenção a esta questão. Isso não apenas dá embasamento para adotar as melhores estratégias de combate à criminalidade organizada transnacional, mas evita, também, escalar conflitos.

Em seu último Conceito Estratégico, lançado em 2022, a NATO considerou a disputa por espaços comuns globais como as águas internacionais, o espaço e o ciberespaço como elemento importante em sua polarização com a aliança geopolítica e geoeconômica que se vem construindo entre a China e a Rússia. O perigo que aí reside é fazer o pêndulo pesar artificialmente mais para a defesa que para a segurança pública, experiência que nos dois lados do Atlântico Sul tem tido resultados ambivalentes.

Notas

¹RASI, 2023, p. 24.

²UE, 2022, pp. 17-23.

³AR, 2023, pp. 70-71.

Zopacas: Desafios e Oportunidades para Cooperação e Segurança Regionais no Atlântico Sul

Camila Cristina Ribeiro Luis

Doutora em Relações Internacionais (Unesp/Unicamp/Puc-Sp) e Professora de Relações Internacionais da Universidade Paulista - São José dos Campos.

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) realizou, nos dias 17 e 18 de abril, sua VIII Reunião Ministerial, em Mindelo, em Cabo Verde, contando com a presença de 16 dos 24 países-membros da iniciativa. A reunião marcou a transferência da presidência *pro tempore* da ZOPACAS para Cabo Verde e estabeleceu que o Brasil será a sede da IX Reunião da ZOPACAS, prevista para 2026, no contexto de celebração dos 40 anos da iniciativa. Além disso, o encontro resultou no Plano de Ação e na Declaração de Mindelo, documentos que marcam a retomada de uma agenda de cooperação regional no Atlântico Sul em um contexto de crescentes disputas geopolíticas no cenário mundial.

Interessante observar que a ZOPACAS, lançada em 1986, foi resultante de uma mobilização da diplomacia brasileira em um momento de crescente tensão nos arredores do Atlântico Sul durante a década de 1980. Em 1982, a Argentina travara um confronto bélico com o Reino Unido pela

posse das Ilhas Malvinas/Falklands; o conflito civil em Angola ampliava-se, com a constante presença das superpotências antagonistas da Guerra Fria; as disputas pela Antártida eram latentes; e ainda se sentiam as repercussões da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, finalizada em 1982 em Montego Bay, na Jamaica, e que lançavam incertezas sobre a exploração dos recursos marinhos na região.

Nesse contexto, o propósito de criação da ZOPACAS é descrito na Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas¹, como sendo a declaração do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação e, por conseguinte, livre de armas nucleares, a maior ameaça à paz regional na época da Guerra Fria. Entretanto, observa-se que a mesma resolução apontou para a necessidade de associação entre segurança e desenvolvimento econômico e social, direcionando para uma condição ampliada de segurança. Ademais, para além da questão acerca das armas nucleares, a iniciativa brasileira trazia como objetivo o aumento da presença regional em contraposição à presença de “Estados militarmente importantes”, visando maior autonomia na construção de uma política regional no Atlântico Sul. Desde sua primeira reunião ministerial, ocorrida no Rio de Janeiro em 1988, a ZOPACAS, durante sua primeira década de existência, realizou reuniões periodicamente, cujos documentos manifestaram uma visão regional de segurança. Contudo, o fim das tensões regionais

e as dificuldades internas dos países integrantes resultaram na perda de interesse pela iniciativa, expondo a falta de institucionalização e a inexistência de arranjos colaborativos que possibilitassem a continuidade consistente rumo ao aumento da presença regional no Atlântico Sul. Em 2007, houve uma tentativa de retomada da ZOPACAS patrocinada por Angola, mas, sem grandes entusiasmos, a próxima reunião só veio a ocorrer em 2013, em Montevideu e manteve-se sem maiores novidades até esse ano. Entretanto, note-se que, apesar das dificuldades de mobilização, a reunião de Montevideu marcou o início da presença de autoridades da área da defesa, e os documentos produzidos apontaram uma maior preocupação em aumentar a cooperação em defesa, promovendo exercícios militares e o intercâmbio técnico entre profissionais dos países-membros.

Na tentativa de revitalização da ZOPACAS, que se arrasta desde 2013, levantam-se questionamentos a respeito dos propósitos e desafios da continuidade do fórum. É explícito que o esforço de relançamento dos trabalhos em muito se deve à iniciativa brasileira de retomar o protagonismo do Brasil na política regional, na qual se inclui o Atlântico Sul e África, após anos de distanciamento. Considerando que o Brasil possui o maior litoral à margem do Atlântico Sul, e interesses na exploração e conservação de recursos, não é de se estranhar a liderança brasileira na questão. Disto decorre que, da mesma forma que à época de seu lançamento, a

ZOPACAS ainda permanece refém da dinâmica da política externa brasileira, reforçando a necessidade de maior institucionalização. Ecoando os desafios atuais a serem enfrentados, a Declaração de Mindelo ressaltou questões corriqueiras na pauta do fórum, como pesca ilegal, pirataria, terrorismo, desenvolvimento econômico, segurança marítima, etc., além de reafirmar a necessidade de manutenção do Atlântico Sul como área livre de armas nucleares. Observa-se, contudo, que, pela primeira vez, o documento indicou a necessidade de criação de um mecanismo para coordenação de presença marítima dos países da ZOPACAS, apontando um importante caminho a ser seguido no sentido da institucionalização do fórum. Destaca-se também que o Plano de Ação de Mindelo³ mencionou um possível estabelecimento de um Colégio de Defesa da ZOPACAS, o que não deixa de denotar certo aprofundamento no debate sobre os temas relativos à defesa regional. Por fim, no mesmo documento, o Brasil se propõe a sediar um Centro de Contacto dos Pontos Focais da ZOPACAS, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento da agenda do fórum. Tais iniciativas, desde que implementadas na prática, representam o início de um processo de apropriação de um espaço regional cheio de idas e vindas no plano discursivo. Como lembrou o ministro Mauro Vieira⁴, em seu discurso na reunião ministerial, para evitar que o Atlântico Sul seja percebido como um vazio de poder

passível de ser preenchido por atividades ilícitas ou conflitos alheios à região e ainda minimizar presenças desestabilizadoras de atores extrarregionais, faz-se necessário ter capacidade para aumentar e manter a presença dos atores regionais no Atlântico Sul.

Notas

¹ Assembleia Geral das Nações Unidas (Agnu). Resolução 41/11. AG Index: A/RES/41/11, 27 de outubro de 1986. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/123188> Acesso em 13/10/23.

² ZOPACAS. Eighth Ministerial Meeting of the Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic: Mindelo Declaration. Mindelo, 18 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas/arquivos/mindelo-declaration-final-version.pdf> Acesso em 13/10/23.

³ ZOPACAS. Eighth Ministerial Meeting of the Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic: Mindelo Plan of Action. Mindelo, 18 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas/arquivos/mindelo-plan-of-action-2023-traducao-portugues.pdf> Acesso em 13/10/23.

⁴ Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Participação do Ministro Mauro Vieira na VIII Reunião Ministerial da ZOPACAS. Mindelo, 18 de abril de 2023. Disponível

em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-mauro-vieira-na-viii-reuniao-ministerial-da-zopacas-2013-18-de-abril Acesso em 13/10/23.

O Corredor Angola-Moçambique na Oceanopolítica Indo-Atlântica

Eli Alves Penha

Professor do Instituto de Geografia da Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O termo “corredor” na literatura geográfica pode conter inúmeros significados dependendo dos objetivos e contextos que queremos retratar. Neste texto, pretendo destacar a dimensão estratégica do conceito, considerando o antigo projeto português de construir um corredor bioceânico ligando as ex-colônias de Angola e Moçambique. Esse antigo projeto que tinha como propósito ligar por estradas os oceanos Atlântico e Índico, ganharia reforço na segunda metade do século XIX graças à criação da Sociedade Geográfica de Lisboa que patrocinou a viagem de exploradores portugueses para se embrenharem no interior do continente em busca das nascentes dos grandes rios da região. O resultado das expedições foi a “Carta da África Centro-Austral”, também chamada de “Mapa Cor-de-Rosa”, apresentada pelo governo português na Conferência de Berlim (1884/5) que definiu a “partilha” da África entre as potências europeias. O projeto seria retomado no período pós-independências, sobretudo a

partir do início do século XXI quando se verificou um grande interesse dos países da região em implementar vários projetos de corredores de transportes. Nessa direção, várias iniciativas, como a recuperação de antigas estradas de ferro, são vistas como passos importantes para acelerar o processo de integração regional.

Com cerca de 3.500 km e atravessando cinco países (Angola, República Democrática do Congo, Zâmbia, Zimbábue e Moçambique), o corredor Lobito-Beira abrange uma das mais ricas regiões mineralógicas do planeta – também conhecido como “escândalo geológico” por conta da diversidade dos recursos minerais ali existentes. Por outro lado, justamente por ser tão rica em recursos naturais e bem posicionada estrategicamente, a região é também alvo de interesses das potências tradicionais e emergentes, principalmente na exploração de seus recursos naturais e na expansão da infraestrutura. A atuação das potências estrangeiras na África Austral segue a mesma linha em relação ao continente como um todo, embora com alguns interesses mais específicos na região. A França e os Estados Unidos, por exemplo, têm interesses de âmbito mais geoestratégico, valorizando o posicionamento e a atuação de suas forças aeronavais no Índico e no Atlântico Sul, respetivamente. A China, a Índia e o Brasil, por sua vez, acenam com interesses mais diplomáticos, técnicos e comerciais, embora não escondam motivações de natureza geopolítica que se manifestam

através de denominações como “rota da seda”, “colar de pérolas” e “fronteira oriental”, respetivamente. Para contrabalançar interesses tão diversos, o corredor Angola-Moçambique se impõe como eixo fundamental da Oceanopolítica¹ Indo-Atlântica. É, a bem da verdade, a transformação de um antigo espaço colonial de conquista em um novo espaço geoestratégico denominado nesta pesquisa como “Rota da Boa Esperança” ou “O Anti-Vasco da Gama” (Ver Figura 1).

Nota

¹ Concebida como arranjos de poder sobre os espaços marítimos e também tomada de consciência sobre a importância da dimensão marítima para o desenvolvimento das sociedades, a oceanopolítica constitui-se um campo de estudos fundamental não só para os africanos, mas para todo o chamado Sul Global, considerando que sua característica principal é o volume das massas oceânicas: 83%; em comparação com o das terras

emersas que é de 17% (Castro, 1999)

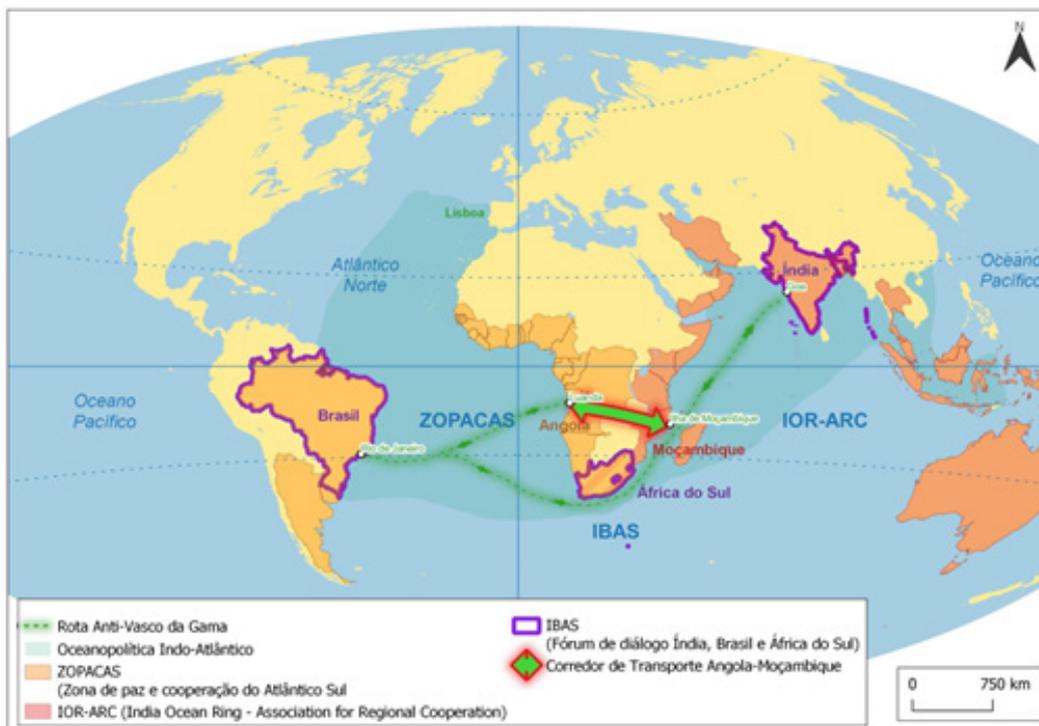
Bibliografia

Almeida, Eugênio Costa. Angola – potência regional em emergência. Colibri, Lisboa, 2011.

Castro, Therezinha de. Geopolítica: Princípios, Meios e Fins. Bibliex, Rio de Janeiro, 1999.

Franco, Caio de Oliveira.

Corredores de Desenvolvimento em Moçambique.



Autor: Eli Alves Penha

Digitalização: Tito Lívio Barcellos Pereira

1. “Rota da Boa Esperança” ou “O Anti-Vasco da Gama”

- Rio de Janeiro, PPGG-UFRJ, 2016. Dissertação de Mestrado.
- Forunchina, 2017, <http://www.forumchinaplp.org.mo> (agosto, 2017). <https://www.dw.com/pt-002/ajuda-externa-da-china-em-Africa>
- Furtado, Júnia. *Between Angola and Mozambique: The Portuguese ambassador Dom Luís da Cunha, the French geographer Jean Baptiste Bourguignon D'Anville and the discovery of South Africa's geography**. UFMG, 2016. 80. Mimeo.
- Martin, Brasil, Geopolítica e Poder Mundial. São Paulo, Hucitec, 2018.
- Mary, Cristina P. A Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e o Sonho de um Novo Império Africano. Tese de doutoramento, IFCS/UFRJ, 2006.
- MULAUDZI, C. New Regionalism in Southern Africa? Between South African hegemony and globalization. *Lusotopie*, vol. XVI, n. 1, pp. 47-65, 2009.
- Parlamento de Angola, 2018. www.parlamento.ao/gl/noticias/iii-legislatura/-/blogs/angola-e-mocambique-afinam-cooperacao-parlamentar
- Penha, Eli Alves. "A nova política externa sul-africana e suas implicações para os países lusófonos da África Austral." In: *Revista Africana*, nº 19 (março de 1998), Porto, Universidade Portucalense Ed, (139-152).
- Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul. Salvador, EDUFBA, 2011.
- O Dilema Geopolítico de Angola: entre o Atlântico Sul e o *heartland* africano. In: *Revista Tensões Mundiais*, Fortaleza. UECE ed., v. 12, nº 22, jan/jun 2016. (pp.145-75).
- Pereira, A.L. e VISENTINI, P. F. As Bases do IBAS: o desenvolvimento e a inserção internacional da Índia, do Brasil e da África do Sul. In: CARDIM, C. e MOSCARDO., J. (orgs) Seminário IBAS, Brasília, IPRI/FUNAG, 2008.
- Pereira, Rui P. A nova realidade da presença chinesa em Angola e suas implicações para Portugal. In: *Revista Nação e Defesa*, nº 128, Lisboa, IDN (183-214).
- Rosa, F. D. e Verde, Filipe. Exploradores portugueses e reis africanos. Lisboa, Esfera do livro, 2013.
- Rossi, Amanda. Moçambique – O Brasil é aqui. Rio de Janeiro, Record, 2013.
- Xavier, Constantino. Investigador diz que Portugal deve aproximar Índia da CPLP. *Diário de Notícias*, 24/12/2018. <https://www.dnoticias.pt/pais/investigador-diz-que-portugal-deve-aproximar-india-da-cplp-EL4148666>